



Recebido em 04/10 às 10h

**CONSTRUTORA TROPICAL
LTDA - ME.**

**CNPJ: 04.686.047/0001-01
I.E.: 90.713.872-05**

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE
ARARUNA / PR**

A empresa Construtora Tropical Ltda - Me, CNPJ nº 04.686.047/0001-01 com sede na Rua Belo Horizonte, nº 1.487 Sala 02, Bairro Neva em Cascavel - Pr, vem através deste, apresentar seu:

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

**TOMADA DE PREÇO Nº 006/2017 - PMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2017**

Ao tomar conhecimento do e da tomada de preços nº 006/2017, e constatar com a mais estrita observância das exigências edilícias atentando-se no edital supra citado, encontramos os seguintes itens:

8.1.3 PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE TÉCNICA

b) (...) manterá na obra um **engenheiro civil**(...)

d) (...) responsável técnico **engenheiro civil**(...)

Anexo IV - declaração de obrigações

(...) manteremos na obra (...) **engenheiro civil**(...)

Embora seja solicitado especificamente engenheiro civil, vejamos os âmbitos de abrangência e atribuições de um **ARQUITETO E URBANISTA**:

Vejamos conforme prevê a Resolução do CAU (<http://www.cau.br.gov.br/resolucao51/>):

Art. 1º Os arquitetos e urbanistas constituem categoria uniprofissional, de formação generalista, cujas atividades, atribuições e campos de atuação encontram-se discriminados no art. 2º da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

LEI Nº 12.378, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.

Âmbito de abrangência

Art. 1º O exercício da profissão de arquiteto e urbanista passa a ser regulado por esta Lei.

Atribuições de Arquitetos e Urbanistas

Felipe



**CONSTRUTORA TROPICAL
LTDA - ME.**

**CNPJ: 04.686.047/0001-01
I.E.: 90.713.872-05**

Art. 2º As atividades e atribuições do arquiteto e urbanista consistem em:

I - supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;

II - coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;

III - estudo de viabilidade técnica e ambiental;

IV - assistência técnica, assessoria e consultoria;

V - direção de obras e de serviço técnico;

VI - vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;

VII - desempenho de cargo e função técnica;

VIII - treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;

IX - desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;

X - elaboração de orçamento;

XI - produção e divulgação técnica especializada; e

XII - execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.

Parágrafo único. As atividades de que trata este artigo aplicam-se aos seguintes campos de atuação no setor:

I - da Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos;

II - da Arquitetura de Interiores, concepção e execução de projetos de ambientes;

III - da Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial;

IV - do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;

V - do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano



**CONSTRUTORA TROPICAL
LTDA - ME.**

**CNPJ: 04.686.047/0001-01
I.E.: 90.713.872-05**

diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;

VI - da Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto-interpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;

VII - da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações;

VIII - dos sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas;

IX - de instalações e equipamentos referentes à arquitetura e urbanismo;

X - do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços;

XI - do Meio Ambiente, Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental, Utilização Racional dos Recursos Disponíveis e Desenvolvimento Sustentável.

Portanto, não há espaço para que o aplicador da norma inove ou interprete de modo extensivo o que a Lei nº 8.666/93 previu como documentos a serem apresentados pelos licitantes na fase de habilitação dos certames. Logo criar exigências não previstas em lei, dentre outras, fere o princípio do julgamento objetivo, ampla competitividade e busca pela proposta mais vantajosa, gerando insegurança jurídica e parcialidade.

A Constituição Federal, em seu art. 37, estabelece os princípios fundamentais que norteiam a Administração Pública, segundo o qual:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI- ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (...) indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Regulamentando dispositivo constitucional acima transcrito, a Lei nº 8.666/93 impõe:

Lei nº 8.666/93

Art. 30. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, (...) será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios



**CONSTRUTORA TROPICAL
LTDA - ME.**

**CNPJ: 04.686.047/0001-01
I.E.:90.713.872-05**

básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo (...).

O próprio Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre o assunto no intuito de se evitar restrições desnecessárias nos editais licitatórios. Senão Vejamos:

ACÓRDÃO 1336/2010 PLENÁRIO

Aprimore os editais de licitação, de modo a evitar a inclusão de cláusulas potencialmente restritivas da competição.

No caso em questão, não haverá prejuízo na Administração Pública, ainda mais por estar sendo o certamente norteado pelos princípios institucionais, na busca pela proposta mais vantajosa. Diante do exposto, requeremos que seja incluído e alterado o edital supra citado, assim requerendo que seja aceito **ARQUITETO E URBANISTA** na licitação supra citada, e que seja alterado todos os itens que se solicita "**CREA**" por **CREA/CAU**.

Diante do exposto e invocando os iluminados fundamentos jurídicos atinentes a espécie, e confiante no espírito de Justiça que norteia os atos deste Órgão Ministerial, bem como os atos de Vossa Excelência, douta Autoridade Julgadora, queremos respeitosamente, requerer e aguarda o acolhimento e provimento do presente, no Edital de Licitação e Legislação específica ao caso.

Assim, requer seja o presente recebido com efeito suspensivo e depois devidamente informado, submetido á análise e julgamento da Autoridade Superior, e encaminhamento para o Ministério Público, na forma do § 4º do Art. 109 da Lei nº 8.666 /93, caso Vossa Senhoria não exerça juízo de correção.

Sem mais para o momento, firmo a presente.

Cascavel, 22 de Setembro de 2017.

04.686.047/0001-01

**CONSTRUTORA
TROPICAL LTDA. - ME**

RUA BELO HORIZONTE, 1487 - SALA 02
NEVA - CEP 85802-228
CASCABEL - PARANÁ

Nome: Joaquim Carlos Roman

RG: 3.335.497-5

CPF: 427.671.729-91

Cargo: Sócio Proprietário

Joaquim Carlos Roman

Sócio Proprietário

Rua Belo Horizonte, nº 1.487 - Sala 02. Vila Neva - Cascavel / Pr. Fone 45-3038.6600

construtora.tropical@hotmail.com